



## Formação Continuada de professores na rede pública municipal de Mauriti – 5º ano

### *Continuing teacher education in municipal public network Mauriti - 5th year*

**Flaviana Alves Nobrega**

Especialista em Língua, Linguística e Literatura pela FIP – Faculdades Integradas de Patos. Gestão Pedagógica pela UFC. Coordenadora Pedagógica da ONG Amigos do Bem. Email:flavianan@gmail.com

**Maria do Socorro Cordeiro de Sousa**

Mestranda do curso de Mestrado Acadêmico em Ensino, na linha de Ensino de Línguas pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, Pau dos Ferros – RN. E-mail: corrinhaordeiro@hotmail.com;

**Zirland Fernandes Nóbrega**

Graduado em Geografia pela FIP- Faculdades Integradas de Patos. Especialista em Gestão Ambiental pela FIP. Professor efetivo da Escola Estadual de Ensino Profissional. Pe João Bosco de Lima. Email: zirlandnobrega@gmail.com

**Francinalva Cordeiro de Sousa**

Professora do Instituto Federal de Alagas - Campus Murici e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola, Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, Campina Grande – PB, Brasil. E-mail:francis\_nalva@yahoo.com.br

**Resumo** – Partindo de reflexões sobre a realidade educacional no Brasil, discute-se no presente artigo o conhecimento e análise do processo de formação continuada dos professores do quinto ano do ensino fundamental em Mauriti- CE e suas implicações no ensino aprendizagem. Além de compreender o conceito de formação continuada, esclarece que a formação continuada não ocorre por acumulação de cursos, de conhecimento ou técnicas, coleta informações da atual proposta municipal de políticas de formação continuada dos docentes mauritienses e problematiza o conceito de mudanças e inovações pedagógicas no panorama atual dos professores investigados. E apela para o reconhecimento de sua importância, e do surgimento da necessidade do professor atualizar suas práticas docentes.

**Palavras-chave:** Formação Continuada de Professores - Inovações. Mudanças.

**Abstract** – Starting with reflections on the educational reality in Brazil, we discuss in this article the knowledge and analysis of the process of continuous training of teachers of the fifth year of elementary school in Mauriti-CE and its implications for teaching and learning. In addition to understanding the concept of continuing education, continuing education clarifies that does not occur by accumulation of courses or technical knowledge, collects information from the current proposed municipal policy of continuing education for teachers mauritienses and discusses the concept of change and innovation in teaching current landscape of teachers investigated. It calls for the recognition of its importance, and the emergence of the need for teachers to upgrade their teaching practices.

**Keywords:** Education ; Teacher training ; critical reflection .

## INTRODUÇÃO

A relação professor x formação continuada é uma construção do aprendizado e de conceitos necessários para colocar em prática o verdadeiro exercício da docência, a partir dessa conceituação, considera-se o formando aquele que está em busca das condições essenciais para o atendimento de sua clientela, os alunos.

Muitas são as questões que geram insatisfações na atual maneira de se trabalhar as informações em nossas escolas. Além da falta de motivação dos educandos, existe a necessidade de preparação dos professores para bem exercerem suas funções. Sabemos que o domínio do conhecimento pelo professor é fundamental para que o ensino-aprendizagem aconteça na vida do educando, entretanto torna-se insuficiente se esse professor não souber como aplicá-lo, até porque, estão em jogo os interesses de ambos: daquele que ensina e também do que aprende.

O estudo está dividido em três partes. Inicialmente faremos uma reflexão sobre a formação continuada, como surgiu e até que ponto ela interfere nas ações cotidianas do professor. Será que a formação continuada pode ser considerada livre de interesse político, filosófico e material, e o trabalho do professor poderá estar em uma relação direta de liberdade? Por isso buscaremos respostas que vão além de discussões teóricas a respeito. Começaremos analisando um documento de valiosa contribuição para o Brasil a CONAE 2010, a formação continuada disseminada possui grandes novidades em relação à formação dos profissionais da educação, é o que já está assegurado por lei, porém com uma nova roupagem, na sua totalidade documenta condições garantidas e baseadas na dialética do ato de aprender e o ato de ensinar. Há, portanto representação de parte dos anseios da maioria dos professores, mas ainda existe outros tantos que não foi possível englobá-los, e nos perguntamos mais uma vez porque não.

Contextualizaremos historicamente a legitimação da formação continuada no Brasil assegurada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB nº 9394/96. Como não se separa o que é assegurado por lei e o que é vivenciado e suas condições institucionais exemplificaremos com pequeno trecho retirado de uma cartilha elaborado pelo MEC em 2005:

A formação continuada vai além da oferta de cursos de atualização e treinamento.

Outro ponto a ser abordado, são as inovações e mudanças como processo da formação continuada. Tal questão é altamente instigante porque existem poucas pesquisas que abordam esse levantamento. Aqui discorreremos sobre inovações tecnológicas ocorridas no campo educacional nas últimas duas décadas e correlacionaremos com as mudanças efetivas ocorridas na prática educacional. Até agora o que prevalece é o senso comum sobre a precariedade das instituições públicas.

Garcia analisa essa situação da seguinte forma: Ela tem se provado competente para reproduzir e incrustar valores e ativismo, oriundos dos paradigmas conceituais dos sistemas de crenças, mas pouca contribuição tem prestado para inovar o perfil produtivo e tecnológico das sociedades (1980, pag. 05).

Convém deixar claro, antes de prosseguir nessa análise que, evidentemente, não é nosso intuito negar a importância da contribuição social da escola, mas esclarecer quais os empecilhos encontrados no seu processo pedagógico e burocrático que imperam como problemas educacionais brasileiros responsáveis pelo instrumento de imobilidade social dentro de uma sociedade móvel e democrática. Dessa forma vemos essa dissonância visível e generalizada que assola nossas escolas, as impedindo de ser fidedigna ao que se propõe integrar saberes, trabalho, família e sociedade.

O último item faz um relato minucioso sobre as condições atuais da formação continuada no 5º ano em Mauriti- CE, a partir da leitura dos questionários e dos demais instrumentos utilizados na pesquisa, a interpretação dos dados. Procuraremos partilhar teoricamente as bases de organização formativas educacionais. Contribuindo desse modo para o aprimoramento questionador perene nas direções políticas circulantes no meio acadêmico, a fim de fazer circular o consenso de que a educação perpassa pela sua valorização e sua qualificação.

Espera-se que este estudo possa contribuir de forma significativa para aqueles que pesquisam sobre a formação continuada de professores, e assim gerar novas ideias e apreensão da realidade.

## METODOLOGIA

O presente trabalho foi desenvolvido a partir de estudos bibliográficos, qualitativos e quantitativos. Nesse objetivo buscamos agregar elementos que fossem essenciais ao entendimento do trabalho. A pesquisa discorreu de forma interessante, fomentada pelas interações entre os docentes, analisando vários aspectos da instituição escolar revelando significados próprios da formação continuada da cidade de Mauriti-Ce. Tendo como base uma predição do que os mesmos já obtinham do que fosse o objeto de estudo.

O auge do trabalho é a escolha do tipo de pesquisa. Existe uma linha limitadora, como identificá-la? Determinar um limite preciso e relevante sobre a seleção do método é uma tarefa que requer um exame mais específico e no caso a opção é pela pesquisa qualitativa e quantitativa, o que implica uma partilha de assuntos de interesse de ambas as partes, do pesquisador e do pesquisado em que os dois são colaboradores de um estudo importante para a comunidade escolar mauritiense, o pesquisador não limita o inquirido como relata Elisabete Matallo (2004 p.36) definindo com propriedade o que é pesquisa qualitativa:

Pode-se dizer que pesquisas qualitativas tem se preocupado com o significado dos fenômenos e processos sociais, levando em consideração as motivações, crenças, valores, representações sociais, que permeiam a rede de relações sociais.

Está entendido que serão considerados e analisados os argumentos dos pesquisados e a relação que os mesmos têm com o objeto de estudo, é o momento qualitativo. Quanto ao aspecto quantitativo podemos reconhecê-la como tal porque quantifica o número de professores envolvidos como vimos numa breve consulta

“A pesquisa quantitativa caracteriza-se pelos usos da quantificação na coleta e no tratamento da informação por meio de técnicas estatísticas” (REIS 2008 p.58). Ao total são 46(quarenta e seis) professores que lecionam no quinto ano, escolhemos somente vinte desse grupo o que caracteriza uma pesquisa feita por amostragem, iremos expor com precisão o estudo feito por amostra de acordo com Melo (2012 p.320) “A amostragem estatística (estudo por amostragem) envolve a escolha de um pequeno grupo de elementos retirado de uma população que se pretende conhecer”. Exatamente como foi feito neste trabalho.

Os dados foram coletados através de questionário aberto previamente elaborados tendo como objeto de estudo a formação continuada dos professores do 5º ano de Mauriti-ce. As perguntas contidas no instrumental aplicado têm conteúdo vinculado às vivências e prática docente. O questionário é uma ferramenta de coleta de informações baseadas em perguntas e respostas, que podem ser abertas ou fechadas deixando o professor que é pesquisado livre para responder de forma espontânea o que foi levantado no documento.

A pesquisa sobre Formação Continuada de Professores da rede Pública Municipal de Mauriti no 5º ano foi realizada na Secretaria Municipal de Educação em virtude das formações ocorrerem neste local mensalmente. Localizada na Rua Francisco das Chagas Sampaio 579, Centro - Mauriti/CE. Participaram da pesquisa de forma espontânea e voluntária 20 professores, no período de maio a agosto de 2012, tendo como observação as formações para docentes das quais participam. As anotações foram feitas em folha de papel ofício escritas com perguntas e espaço para respostas, recolhidas ao final das formações.

O questionário foi estruturado com 10 questões, sendo 6 abertas e 4 objetivas, ou seja, de múltipla escolha para facilitar os dados, porque se colocasse apenas abertas talvez a pesquisa se estendesse demais para o tempo limitado e se fosse de cunho objetivo poderia não atingir o objetivo pretendido, por isso a decisão de mesclar os dois tipos. Ao trabalhar com questionário visualiza-se a oportunidade de sistematizar as informações de forma precisa e concisa. O método utilizado foi bastante eficaz porque se apresenta por escrito, facilitou o manuseio e a comparação de respostas.

Para a realização da investigação foi utilizado uma explanação prévia, com o intuito de esclarecer aos docentes sobre o conteúdo e validação do objeto estudado. Foi feito um debate sobre formação de professores, desde a formação pré-serviço como à continuada, ambas advindas de uma mesma problemática, ou seja, como ensinar melhor aos alunos, mas que nos detemos a segunda que é nosso objeto de observação. Com isto ficou claro para os entrevistados qual seria a intenção da pesquisa.

A reflexão dos dados foi feita analisando cada um dos questionários com o firme propósito de obter mais detalhes sobre a pós-formação e quais as implicações desse processo no cotidiano escolar. Para desenvolver esse trabalho, foi necessário ter como interesse o conhecimento das atividades circulantes dentro e fora de sala de aula, ou seja, o professor é aprendiz que desencadeia sua aprendizagem e a de outros, por isso é indispensável

atentar para os tipos de respostas que foram dados pelos docentes. Essa é uma das intenções que demonstra o desejo de escolher uma temática envolvente para o mundo acadêmico, a ideia é perceber as diferentes estratégias usadas pelos professores para redirecionar os conteúdos trabalhados na formação continuada.

A maior parte dos participantes tem um relacionamento saudável tanto no período das formações, quanto entre eles e com o formador. Trocam ideias, socializam experiências de sala de aula, sugerem atividades. A forma como se colocam nas formações é na condição de aprendizes e de formadores entre si, se preparando para lidar com imprevistos no dia-a-dia tanto na sua jornada de trabalho quanto na sua formação individual. Outro ponto interessante a ser ressaltado é a frequência dos mesmos. A cada formação o nível de frequência gira em torno de 90%, considerando que muitos educadores lecionam em mais de uma escola, é um índice muito bom de comparecimento nos encontros mensais.

No decorrer das análises dos questionários foi percebido que os mesmos procuravam responder de forma sucinta o que desejam expressar. Contudo foi percebido que dentre os questionados existe um pequeno grupo mais propício a responder de forma que fosse mais explícito o que desejava comunicar. Há um aspecto interessante a ser contemplado, o senso de responsabilidade focado na aprendizagem dos alunos independente do tipo de formação que receberam no passado.

Assim, mais do que apresentar uma extensa discussão acerca da formação continuada de professores, o estudo se propõe exemplificar com base em conhecimentos específicos o processo de formação e as múltiplas questões que envolvem a relação estabelecida entre o que é ofertado pelo município e o aproveitamento dos conteúdos, técnicas, informações, inovações e mudanças da política nacional vigente.

## RESULTADOS

### FORMAÇÃO CONTINUADA: o contexto inicial e o que se entende

Acredita-se que para entendermos o significado da Formação Continuada – objeto de nosso trabalho é primordial entender primeiro o que fundamenta esta concepção em nível de políticas públicas de educação. Intensificar uma reflexão sobre as reais condições históricas do tema proposto, verificando os avanços e retrocessos das medidas governamentais e da sociedade civil, de uma forma mais específica, como a legislação atual tem se posicionado a respeito desse item tão mencionado entre a classe de trabalhadores educacionais. Na última parte deste capítulo, focalizaremos na ideia da formação continuada como parte indiscutivelmente essencial ao crescimento e fomento intelectual das nossas instituições educacionais.

Ao iniciar as discussões sobre a política de formação de professores nas últimas décadas, constatamos que muitos fatos importantes merecem destaques na pauta educacional, intensificando a complexidade da fenomenologia educacional brasileira. É necessário fazer com que entendamos que esses e outros temas ligados à

educação estão intrinsecamente inseridos nos movimentos políticos e de lutas da sociedade, ou seja, não pode ser dissociado um fato do outro. Dentre esses fatos, analisaremos o seguinte: o Brasil presenciou inúmeros debates entre a classe de educadores e instituições, acompanhou decisões legais e administrativas pelos órgãos do sistema sobre assuntos educacionais, assistiu a promulgação da Constituição Federal, intensificou debates, a implantação do Plano Decenal de Educação e consequentemente a reforma do ensino básico. Estabeleceu a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, colocou num patamar privilegiado a formação de professores para uma possível dissolução dos problemas educacionais enfrentadas pela comunidade escolar bem como acrescentou a esse caldeirão de decisões quais as entidades que seriam formadoras desses docentes. No início de 1990, formalizou o Ministério Público, o Código de Defesa do Consumidor, Estatuto da Criança e do adolescente, o Estatuto do Idoso, dentre outros. Elegeu os programas sociais como meta prioritárias, inseriu o sistema nacional de avaliação educacional, tudo isso permeados por embates e por modificações neste mesmo sistema envolvendo as condições familiares da nossa sociedade, as características sociodemográficas, políticas públicas, valores e características culturais e religiosas, foram relevantes esforços para colocar o Brasil entre os países que tem as melhores performances, estabelecendo objetivos educacionais muito além do que estava preparado para desempenhar, mas cumpriu metas internacionais e se firmou.

Essas ações não fazem parte na sua totalidade dos anseios dos educadores de forma geral, tudo isso nos faz pensar sobre a realidade brasileira, enquanto formadores cidadãos, Está nas entrelinhas que somos seres amarrados a dissidências excedentes a política, a convenções sociais, a currículos e programas pré-estabelecidos, a estrutura hierárquica e aos desígnios pensado e demandado da condição pré-estabelecida para todas as profissões, inclusive dos profissionais da educação, somos parte integrante de um imenso emaranhado de demandas que orientam a vida dos consumidores. Somos verdadeiros reféns das leis, dos decretos, das resoluções, pareceres, conselhos, secretarias, ministérios, coordenações, avaliações internas e externas.

Poderíamos fazer uma retrospectiva histórica sobre a formação continuada desde os primórdios da realeza portuguesa no Brasil, porém iremos iniciar pelo marco significativo para esse campo. Os anos de 1980, no Brasil, representaram uma tentativa de ruptura com o pensamento tecnicista que exercia o domínio na área da educação, seria importante relatar que qualquer intenção de romper com o modelo vigente ora almejado pelos professores, mas eram impedidos por causa das condições políticas que o país vivia. No âmbito do movimento dos educadores, o debate produziu e evidenciou concepções sobre formação do professor, profissional da área de educação dos diversos campos do conhecimento, destacando o caráter sócio-histórico dessa formação, a necessidade de formação de um profissional com ampla compreensão da realidade de seu tempo, portador de uma postura crítica e propositiva que lhe permita interferir na

transformação das condições da escola, da educação e da sociedade e contribuir com ela.

Com esta nova visão, os educadores começaram a propagar por todo o país uma concepção de progresso em prol da educação e formação, o movimento tomou corpo no sentido de intensificar superação das dicotomias presentes na formação acadêmica entre professores e especialistas, pedagogia e licenciaturas, especialistas e generalistas, acompanhando a escola na busca da democratização das relações de poder em seu interior e na construção de novos projetos coletivos. Como parte importante desta construção teórica a partir das transformações concretas no âmbito da escola emergiu a concepção de profissional da educação que tem na docência e no trabalho pedagógico a sua particularidade e especificidade.

Seguindo essa linha, foram implantadas no país experiências de grande porte e consideradas como pilares fundamentais da formação docente, devido à pressão internacional que o país vivia, e ao mesmo tempo em que os professores, juntamente com outras categorias de trabalhadores, fizeram uma mobilização geral das categorias, gerando participações acirradas, de modo organizado, nos debates e movimentos que culminaram com a promulgação da nova Constituição Brasileira de 1988 e com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996. Em fim o país acordava para uma realidade, era apenas uma faísca do que estava por acontecer, daí por diante os educadores começaram a ser vistos de forma diferente. Nesse cenário, recheado de propostas de transformação no seu quadro geral, e especificamente na área da educação, a contribuição e permanência de espaços para os debates fizeram desse momento uma relação única com a produção de engendramento para a melhoria da Formação Continuada no país.

É indispensável evidenciar, no entanto, que dimensões importantes do ideário crítico que norteava a proposição de um projeto nacional à formação docente no passado recente: Concepções e Práticas de educação, de acordo com os debates e experiências em curso no país, não foram plenamente contempladas na LDB 9.394/96. Foram discutidas e aprovadas muitas questões importantes, porém no que se refere às políticas sociais não houve uma adequação aos anseios dos educadores, mas ao cenário de reformulação política, estava em evidência uma nova roupagem da educação no país, e a formação do profissional de educação, em especial a do professor, tornava-se instrumento de discussão e contestação, seja no que diz respeito ao governo ou a sociedade civil. O governo federal da época, seguindo a tendência das reformas liberalizantes que se estendem para toda a América Latina, buscou moldar as políticas educacionais às exigências da reforma do Estado e redefiniu o sistema educacional tendo como parâmetro principal a pedagogia pragmática para a empregabilidade, assumindo assim o ideário do mercado capitalista. Essa decisão, de caráter individualista e imediatista em relação ao mercado de trabalho, vai nortear também as iniciativas no plano da formação inicial e da formação continuada e em serviço, no âmbito da reforma educacional que então se efetivava no país.

Nesse período é implicitamente reiterada a necessidade e a exigência da formação continuada dos professores, ainda com resquícios da formação tecnicista, foi puramente com intuito de recuperar a utopia histórica de uma sociedade mais igualitária. E ao longo desses anos vimos passar por nossas escolas, vários sub-modelos de formação que não atenderam as reais necessidades docentes.

A partir dessa reviravolta o ensino assumiu um caráter diferenciado, passou a ser entendido como uma profissão de fins ideológicos, condicionada a relatividade de envolvimento num processo contínuo de formação. Surge então o termo tão difundido e amplamente discutido na comunidade educacional a Formação Continuada de Professores, Ribeiro define basicamente o que seja: Refere-se às propostas ou ações (cursos, estudos e reflexões...) voltadas, em primeira instância, para aprimorar a prática profissional do professor. Diz respeito a todas as formas deliberadas e organizadas para este fim. (2004, pág.123).

Enquanto sujeito de uma organização social o professor atende as propostas que vão aparecendo no seu desempenho de função educadora e vai se posicionando numa condição de acatar e ao mesmo tempo arbitrariamente e vai ganhando espaço mesmo que inconscientemente, de forma que suas ideias vão sendo infiltradas no meio escolar e quando percebe já está influenciando os seres que ali se encontram, são alunos, pais e demais integrantes da escola, vai criando ao seu redor possibilidades de relacionamento humano e transformando sua realidade e dos demais envolvidos nesse espaço de comunicação que se chama escola.

De acordo com Campos (2010, p.123), a formação continuada encontra-se diante de um impasse. Os modelos de formação vigentes não respondem às exigências da atualidade e aos moldes da legislação do Brasil, tem gerado um mal-estar nos cursos de formação docente e nas faculdades de educação. Com essa crítica pontuada ao sistema de formação de professores, tem-se atrelado um conjunto de questões: Qual a validade dos saberes universitários? E para que serve a formação universitária dos professores? Como articular na formação de professores a aproximação entre teoria e prática? Essas e outras indagações servem para repensar o que está se fazendo diante do impasse criado pela dinâmica da improdutividade da Escola.

Neste sentido muitos autores tratam da temática como sendo a formação permanente em serviço uma das formas necessárias de aprimoramento profissional, uma vez que quando se busca respostas para aquilo que se pretende aprender o resultado se torna bem mais significativo a quem possa interessar. Partindo dessa premissa, a Escola, espaço ideal de realização da aprendizagem, vem favorecer não só ao educando como também ao educador, situações de formação e atualização de saberes mediante a necessidade, a curiosidade e interesse deste último.

Hengemühle (2001, p.164), em seu estudo afirma que a formação continuada em serviço é uma possibilidade de recuperar lacunas da formação inicial e proporcionar dinamicidade, qualificação da prática pedagógica, pois proporciona ao professor uma atualização e o coloca em um constante processo de

leitura, investigação e produção. Dessa forma, ele poderá, com mais legitimidade, trabalhar e pedir aos seus alunos que leiam, investiguem e produzam.

Abreu nos coloca que não basta a formação inicial, pois esta não dá conta do universo multifacetado do cotidiano escolar, até porque não é o simples fato de concluir a graduação que nos tornamos professores. A formação continuada é essencial e importante por sua natureza. Ela se constrói cotidianamente pelo exercício da docência e do trabalho na escola. Diz ainda dos recursos disponíveis para tal fim:

Há na Escola muitos recursos que devem ser aproveitados na realização da formação continuada; os materiais de programas de estudo, livros ou materiais didáticos em geral e os próprios profissionais da Escola que certamente se sentirão valorizados se convidados para apresentarem suas experiências. Nas reuniões pedagógicas, há sempre espaço para o relato e troca de experiências. Cada participante pode trilhar-se ele próprio, um recurso de aprendizagem para os outros, pelo intercâmbio de experiências inovadoras e bem-sucedidas realizadas na escola e socializadas nessas reuniões. (ABREU,2003, P. 105)

O coordenador deve assegurar com previsão na Resolução 3/97 da CEB do CNE, que os professores que participaram dos cursos ou seminários repassem aos colegas da Escola o que aprenderam dentro da jornada de Trabalho e que é da competência da equipe gestora providenciar aquisição de livros ou assinaturas de revistas que possam servir de referencial teórico para o processo de ensino-aprendizagem.

Nóvoa (1991, p.30) assegura que a formação continuada precisa ser condizente com o desempenho dos professores a fim de atendê-los em suas necessidades. Para tanto, essas formações precisam ser estruturadas dentro da escola, partindo das fragilidades encontradas, para se tornarem projetos de estudo, metas de alcance e planos de ações a serem desenvolvidos, só assim o profissional irá crescer na sua prática docente. Quando se produz com outros profissionais que conhecem a realidade, as resoluções dos problemas acontecem naturalmente porque estes convivem com os educandos, identificam suas peculiaridades e completudes. No entanto não é condição para uma limitação, é interessante contar com estudiosos das universidades e que tenham a prática docente, senão iremos cair na mesmice de conhecer apenas uma realidade e sabemos o quanto é importante a contribuição teórica para a superação de impasses percebidos na escola.

Para Canário (1994, p.11), o espaço onde o professor tem maiores possibilidades de crescimento e desenvolvimento de aprendizagem é onde constrói o seu fazer docente: a escola. É nela que o professor constrói a sua identidade profissional, numa perspectiva de elaboração contínua da sua prática pedagógica, podemos dizer que os professores são pessoas que trabalham para o crescimento e a formação de outras pessoas, portanto não devem se deixar levar por parâmetros estabelecidos com o firme propósito de os aprisionarem produtivamente nas relações sociais. Estes são livres para produzirem conhecimentos dignos de um ser atuante e capaz de realizar.

Mediante os conceitos acima mencionados sobre formação continuada os autores nos asseguram a sua eficácia para o trabalho docente e melhoria da qualidade de ensino. Estes profissionais são vistos como seres que não passam apenas informações aos seus alunos, mas como estudiosos capazes de permitirem uma construção interativa e coletiva da aprendizagem, portanto esse discurso foi incorporado ao pensamento dos professores, muitos vêm sentindo e reconhecendo a relevância de participarem efetivamente da elevação intelectual individual e grupal. Por isso se justifica o interesse em melhorarem profissionalmente. Assim cada educador insere-se num aprendizado constante. Essa corrida tem um fundamento, o próprio ritmo desenfreado do desenvolvimento das ciências, é um indício da permanente atualização dos profissionais conscientes da sua condição.

Apontam ainda para a instituição escolar, como espaço privilegiado para acontecer tal prática, uma vez, que é na escola que se constrói o saber do educador em favor da promoção do educando. E vale considerar que toda essa elucidação acerca da importância da formação continuada não se deu tranquilamente. Essas discussões que fundamentam a reformulação educacional e conseqüentemente a percepção da imposição governamental foram e vem sendo debatidas, intensificadas, e permanentemente difundidas pelos estudiosos da área com a intenção de não abafar o que realmente está no íntimo dos educadores brasileiros.

## **INOVAÇÕES E MUDANÇAS COMO PROCESSO DA FORMAÇÃO CONTINUADA**

Antes de adentrarmos nas discussões que envolvem as inovações e mudanças como processo de formação continuada, iremos entender melhor esses dois conceitos que parecem tão semelhantes, inovações e mudanças não quer dizer a mesma coisa? Nesse caso não, escolhemos esses dois termos para diferenciar o que vem acontecendo em nossas escolas, analisaremos os dois conceitos, primeiras inovações e depois mudança segundo Rios: Inovação significa ato ou efeito de inovar, aquilo que se inovou; novidade. Mudança é o ato ou efeito de mudar-se, diferença no modo de sentir ou pensar, variação, alteração.

Ao analisarmos os dois conceitos percebermos o quanto os dois termos têm diferenças, o que será que está acontecendo no meio educacional em relação ao que é proposto para os professores principalmente nas formações continuadas, se fosse proposto mudança para os professores teriam que partir dos próprios, visto que a mudança é algo que modifica o modo de pensar e sentir do indivíduo. A inovação é vista como algo do momento, a novidade, será que nossas escolas estão cheias de mudanças ou inovações? As nossas formações são pensadas baseadas nas novidades ou nas mudanças? E os instrumentos recebidos para serem utilizados em nosso ambiente escolar, tais como: livros didáticos e paradidáticos, laboratórios, projetos, revistas, jogos entre outros.

A escola deve ser um espaço de integração e interação com o que está ocorrendo na sociedade, mas está longe de ser só isso. É um sistema que interfere no modelo maior, o do país. Este por sua vez interfere na forma como

lidamos com o mundo. Quer dizer: o que muitas vezes acreditamos estar mudando, estamos apenas inovando, e as inovações como sabemos são fugazes, mas mudanças estabelecem verdadeiras proposições que servirão de bases para outras mudanças.

Essa ideia de relativizar esses dois termos é para repensarmos algumas inovações que vem ocorrendo nas intuições, dentre elas as avaliações externas que fazem parte de alguns programas estaduais e municipais de educação. Como saber se aquilo propagado e apontado pelas instituições educacionais, tais como: Ministério da educação, Secretaria Estadual de Educação e Municipal como sendo o caminho correto para se conseguir o sucesso escolar, é realmente um trajeto seguro e propício para a conquista da tão sonhada escola ideal.

Atualmente tem se discutido muito em relação ao processo de formação continuada de professores aliados as inovações e mudanças que ocorreram ao longo dos tempos. Uma dessas inovações são os programas de avaliação disseminados por todo o país com o firme propósito governamental de classificar as escolas em entidades competentes ou fracassadas, é uma discussão valiosa porque inclui nosso país no patamar internacional onde se encontra alguns países que exercem essa prática, mas essa ação isolada não faz de nosso Brasil a nação promissora em educação. É preciso reconhecer as reais condições de nossos professores e como acontecem a sua prática, não é apenas disponibilizar no mercado educacional uma prova escrita de apenas duas áreas do conhecimento e a partir daí concluir se a escola é competente ou não. Tem todo um contexto histórico, social e político para que determinada escola esteja entre as melhores ou piores, e que tipo de formação os professores estão tendo, e como estão colocando em prática todo o arsenal de conhecimento adquirido propositalmente para inovar as práticas de sala de aula. E até que ponto essa inovação pode contribuir indiretamente para uma ínfima mudança.

A concepção dos programas de avaliação é comumente relacionada à ideia da mensuração de mudanças de comportamento humano, mas não são mudanças que ocorrem e sim inovações. Se fosse mudança teria que melhorar as condições que existem por trás das provas e isto não ocorre, visto que quando a escola é avaliada estão intrinsecamente ligadas à ideia que professores, alunos e gestores estão expostos como numa vidraça em que os resultados obtidos representam o fracasso ou o sucesso da comunidade escolar. E conseqüentemente tem-se a ideia de que os docentes que tiveram resultados insatisfatórios baseados nessas avaliações foram mal formados ou não tiveram a boa vontade de colocar em prática os seus conhecimentos. Nesse caso pensamos na possibilidade desses profissionais terem a oportunidade de refletir sobre sua prática tendo um horário de seu dia, claro que remunerado, destinado a planejar, pesquisar e interagir com outros, provavelmente seria mais interessante que receber muitas vezes uma formação mensal incompatível com os propósitos de sala. É uma alternativa a se pensar.

Embora essas avaliações não tenham sido pensadas com estes objetivos elas refletem ironicamente esse aspecto social. A avaliação em larga escala viabiliza o fortalecimento no aspecto quantitativo. Quantas escolas

participaram? Quantos alunos? Quantas turmas? Quais as melhores ou piores escolas? Quantos professores recebem formação? Quantos obtêm resultados? É sempre o quanto que está em jogo, em nenhum momento é pensado o como e o porquê desses resultados. É mais cômodo concluir que a falha está no profissional e “investir” nas inovações, as mudanças podem demorar demais. O nosso país precisa de números, afinal de contas são esses números que irão nos colocar na pirâmide da ascensão mundial e não podemos ficar de fora.

A avaliação em larga escala no Brasil tem como alvo principal a classificação das escolas, mas infelizmente ou felizmente o trabalho do professor e a “aprendizagem do aluno” são divulgados e apreciados. Por isso elas precisam ser redirecionadas, pois a competência ou incompetência do aluno não resulta apenas da escola ou do professor, e sim de todos aqueles que participam do contexto escolar e social do educando e os investimentos que são feitas nessas escolas avaliadas. Existem muito mais responsabilidades por trás de tudo isso, são referências às responsabilidades governamentais no âmbito municipal, estadual e federal. Nem podemos nos sentir acudados como integrantes desse processo, quando se cumpre com o papel que nos cabe na sociedade somos vencedores em resistir tamanha desigualdade que impera dentro e fora de nossas escolas. E os nossos alunos universalizados que antes não tinham nem se quer oportunidades de estar dentro da escola, hoje estão lá e são submetidos a testes de avaliação. Será mesmo justo?

Seria interessante se as avaliações em larga escala contemplassem aspectos qualitativos que são difíceis de serem mensurados, pois, dizem respeito a objetivos subjetivos, postura, política, crença e valores que ora não são considerados, pode-se dizer que elas refletem as políticas públicas dos diferentes governos e podemos afirmar que são inovações que hoje fazem parte da nossa realidade, mas amanhã poderá aparecer outro modismo internacional e mais uma vez estaremos submetidos às vontades governamentais que há tanto tempo marca a vida profissional dos professores, sem ao menos os consultar como querem se aperfeiçoar, como devem ser seus livros didáticos, que estruturas querem para suas salas de aula, e se estão satisfeitos com os seus salários.

O modelo de avaliação atual ainda é quantitativo e limitado, pois analisa aspectos necessários em apenas duas áreas, refiro-me ao SPAECE e a Prova Brasil, que não são suficientes para avaliar a escola como instituição educacional. Os alunos estão expostos a um currículo onde existem várias áreas do conhecimento, no entanto não são avaliados nas outras por quê? Será que os docentes das áreas avaliadas têm mais responsabilidades do que os outros, ou são mais importantes dentro da escola? Todas as áreas não deveriam ter o mesmo tratamento. Sabe-se que não, os professores de Língua Portuguesa e Matemática são convidados a participar de formações durante todo o ano, os das outras áreas raramente e porque não são chamados, porque não são avaliados, uma ação depende da outra. E dessa forma nos questionamos em que tipo de sistema estamos inseridos, existem divergências até quanto a série em que se está lecionando. Os professores do 5º e 9º ano recebem mais formações do que as demais séries, simplesmente por

serem os anos que passam pela prova de fogo das avaliações.

Ressalta-se que os modelos de avaliação ora praticados no Brasil incluindo o SAEB são limitados por sua capacidade para identificar qual o maior problema de nossas escolas. Pois nenhum modelo é capaz de capturar toda complexidade que há em uma instituição de ensino. Eles são representações simplificadas da realidade e servem para diagnosticar alguns aspectos da aprendizagem dos alunos. Dadas às várias limitações dessas avaliações, esperamos que surjam das instituições superiores ou das instâncias maiores dos governantes modelos de avaliação ou sugestões de melhorias qualitativas para nossas instituições. Essas avaliações não podem ser determinísticas, portanto, pressupõe que todas as informações coletadas até aqui serviram sim para solucionar parte do problema que ronda nossas escolas, porém ainda estão muito longe de detectar quais os problemas que assolam o desempenho pedagógico e administrativo dessas instituições, escachando inferências probabilísticas sobre o desempenho futuro da organização educacional.

As avaliações de nossas escolas estão aí divulgadas nos sites, jornais, manuais de referências e outros meios, mas sabemos das implicações que sofremos na pele no dia-a-dia, na labuta. Desestruturação familiar, falta de emprego para os pais, escolas sem estruturas físicas adequadas, professores mal remunerados e sem incentivos para novas formações, gestores escolares indicados politicamente pelo partido operante no município, são tantos impasses que se formos elencar passaríamos horas a fio discutindo apenas isso, enquanto o nosso país está preocupado em avaliar, outras nações estão empenhadas em investir pesado na educação e conseqüentemente na formação de seus professores e diferentemente do que fazem aqui, escutam seus mestres e os valoriza para conseguir os objetivos almejados. Enquanto estivermos na contramão do desenvolvimento jamais teremos uma educação digna de reconhecimento nacional e internacional, não passaremos de uma nação que está em busca do inatingível na sua essência e preocupada em se colocar em determinado ranking sem olhar no que está embutido nele.

A avaliação em larga escala deve ser aceita como sendo um passo importante do muito que se tem para fazer em prol da educação brasileira, porém devemos considerá-la como um dos temas mais instigantes a ser observados e discutidos no seio da instituição escolar, sem esquecer o que está por trás delas a fim de nos fortalecer para complexas e profundas reflexões que podem dimensionar de forma precisa o desafio de promover uma educação que seja realmente de qualidade para todos aqueles que foram universalizados, embora excluídos do processo e ao mesmo tempo sendo integrantes dele. E esse espaço só será de qualidade quando os múltiplos sujeitos, governantes e governados compartilharem comportamentos, atitudes e valores, dessa forma o conceito de qualidade da educação passará a ocupar o primeiro plano na agenda educativa. Teríamos a junção utópica de uma educação realmente de eficiência em condições de equidade para todos.

## **VISÃO ACERCA DA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DO 5º ANO NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE MAURITI**

Entre todos os argumentos atuais a favor da Formação Continuada, o único que se pode apoiar racionalmente é a preocupação de oferecer qualidade ao ensino, ou seja, a busca do professor em intensificar sua aprendizagem. Restam poucas dúvidas quanto ao aspecto de podermos aprimorar nossa constituição profissional nos tornando mais competentes e intelectualizados, além de desenvolvermos novas capacidades e ampliarmos cada vez mais o nosso repertório de entendimento da área de atuação. Quando chegar o tempo de concretizarmos mudanças nas nossas formações e conseqüentemente na forma de lecionarmos, viveremos em uma sociedade na qual conviveremos diariamente com professores altamente empenhados e competentes para direcionar a aprendizagem de seus alunos.

Se fosse possível proporcionar aos professores uma formação mais justa, partiríamos do princípio da importância de suas participações efetivas nas formações continuadas. Vejamos alguns aspectos observados na formação continuada em Mauriti-Ce. São questionamentos feitos aos professores do 5º ano do ensino fundamental de diversas escolas municipais, onde foi proposto um questionário cuidadosamente detalhado para analisar o modelo de formação adotado pela gestão municipal. Quando foram abordados sobre a relação que se estabelece entre seu trabalho e o processo de formação continuada, houve unanimidade quanto à importância e enriquecimento para a prática docente. Dessa forma constatamos a intenção do professor em participar ativamente da construção de saberes no seu cotidiano.

Outro ponto a ser destacado da pesquisa foi em relação ao planejamento, quando indagados a respeito, apenas dois professores relataram que não existe um momento específico para planejamento na escola, isso é feito nos encontros de formação continuada disponibilizado pela Secretaria Municipal de Educação, o que de certa forma não é o suficiente porque o tempo é curto pensado e direcionado aos conteúdos dos programas que a secretaria fez adesão. Dos vinte questionados, cinco fazem os planejamentos sozinhos sem ajuda dos coordenadores pedagógicos e sem interagir com outros professores. É um indício que nem todos os professores dispõem da mesma condição de trabalho, com toda tecnologia vigente no mercado ainda temos professores que trabalham de forma isolada.

Um dos desafios da nossa escola contemporânea é organizar o seu tempo e proporcionar aos seus professores um espaço para as discussões, dos vinte professores questionados sobre o planejamento, treze expuseram que o realizam de forma coletiva, com coordenadores, diretores e com demais colegas de área. Contudo em educação não existe receita pronta, isso não quer dizer que os professores mais eficientes são os participantes de planejamentos em grupo, mas pelo menos estão mais dispostas as discussões e sugestões de alternativas que podem melhorar sua prática.

Nos últimos anos, nossas escolas tem se revigorado com as políticas públicas baseadas no peso dos recursos didáticos empregados na formação de

professores, é um investimento indispensável segundo a visão dos inquiridos, o grupo foi unânime em relacionar os recursos didáticos às intencionalidades das propostas pedagógicas, os conhecimentos científicos, as culturas valorizadas e oferecidas pela a escola, são essenciais para a intensificação do convívio escolar, segundo os docentes que responderam a pesquisa.

Uma das ideias mais difundidas pelas secretarias municipais de educação inclusive a de Mauriti é que estão fazendo a sua parte ao aderir a programas em detrimento de elas próprias planejarem seus próprios programas, mas a pesquisa mostra o contrário. Os pesquisados definiram a formação continuada como sendo a melhor ação para se obter resultados na interação escolar quando diz respeito a dicotomia informação e conteúdo. Somente um professor acredita que os programas por si só são o suficiente para atender as expectativas educacionais. Oito professores acreditam que os programas e as formações devem caminhar juntos. Os onze professores restantes foram enfáticos quanto à validade da formação continuada, sem ela o professor estaria desconectado da realidade, visto que a maioria dos professores já está afastada do mundo acadêmico e único meio para manterem-se atualizados teoricamente são as formações continuadas.

Repensar o papel da Formação Continuada no cotidiano escolar está vinculado a romper com a dinâmica de aceleração imposta no sistema capitalista. Essa aceleração causa a ausência de sentido naquilo que realizamos na escola e provoca uma sensação de fracasso, que pode, no limite transforma-se em frustração. A aceleração é uma palavra do campo econômico, mas podem ser facilmente usadas para expressar os sentimentos dos professores e as formas de trabalhos das escolas. Essa situação é comentada exaustivamente no meio escolar, porém quando perguntados sobre quais as expectativas que a sociedade tem em relação ao seu trabalho mais uma vez houve unanimidade nas respostas, todos acreditam no seu trabalho e dizem ser reconhecidos perante a sociedade. Vimos claramente às novas gerações de professores reclamando intensamente das situações atuais de nossas escolas, mas aprendendo a valorizar sua profissão como mostra o estudo.

## **CONCLUSÃO**

Neste artigo discutiram-se pontos inerentes a formação continuada de professores no município de Mauriti. Contemplamos alguns conceitos percebidos no decorrer da pesquisa, como a relação professor x formação continuada, uma construção do aprendizado e de conceitos necessários para colocar em prática o verdadeiro exercício da docência. Está implícito que o professor considera o aluno como parte efetiva do ensino aprendizagem, e responsável por sua postura de mediador que através da formação aproxima a teoria e aplicação, usando a interação dos sujeitos, dessa forma é imprescindível as ações formativas par um ambiente educativo mais recompensador e mais eficiente.

Dessa forma entendemos que a formação continuada surgiu de forma imprevista, sem estudos prévios, foi devido à necessidade sem haver uma preparação para isso. Portanto mais uma vez o professor é



penalizado de forma direta, como podem ser concebidas ações promovidas por instituições que orientam os docentes sem antes consultá-los quanto aos seus interesses.

Por fim, frisa-se o grande valor do professor em assumir uma postura de vencedor perante os obstáculos da sua profissão. Tal como ocorreu entre os professores questionados. O mais importante, no entanto, é compreender que a formação continuada não deve ser encarada somente como uma metodologia corriqueira, mas sim com uma nova maneira de compreender o sentido da acumulação de conhecimento. Trata-se, portanto de uma nova visão, que vai ao encontro de uma nova compreensão e vivência do processo educacional, a qual se relaciona com a forma de buscar respostas aos questionamentos que forem capazes de alcançar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, M. SHOIHET, R. (Orgs.). “Ensino e Educação, Conceitos, Temáticas e Metodologias” \_Rio de Janeiro, Casa das Palavras, 2003.
- BAZARRA, L., CASANOVA, O.; UGARTE, Jerônimo Garcia. “Ser professor e dirigir professores em tempo de mudança” – 2ª Ed. São Paulo – SP: Paulinas, 2008.
- BURKE, T. J. “O professor revolucionário: da Pré-escola à Universidade” – Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- CAMPOS, C. M. “Gestão Escolar e Docência”. 1ª Ed. São Paulo – SP: Paulinas, 2010.
- CANÁRIO, R. E. Um Processo Estratégico de Mudança. In: Espiney R., (Org.). “Uma Escola em Mudança com a Comunidade”. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1994.
- CARVALHO, C. M. “Metodologia Científica: Fundamentos e Técnicas” (Org.) \_19ª Ed. Campinas, SP: Papyrus, 2008.
- CONAE, Documento Referência. “Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: O plano Nacional Articulado de Educação”, Diretrizes e Estratégias de Ação: 2010.
- DAVIS, C. L. F. GROSBAUM, M. W. Progestão: como promover o sucesso da aprendizagem do aluno e a sua permanência na escola – Módulo IV – Brasília: CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001.
- DEMO, Pedro. “Metodologia da Investigação em Educação em Educação”. Pedro Demo. Curitiba, PR: IBPEX, 2005.
- DEMO, P. “A nova LDB: Ranços e Avanços”. Campinas SP: Papyrus, 1997(coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).
- GARCIA, W. “Inovação Educacional no Brasil: Problemas e Perspectivas”, 1980. Editora: Autores Associados.
- HENGEMUHLE, A. “Gestão de ensino e Práticas Pedagógicas”. 6ª Ed – Petrópolis – RJ; vozes, 2010.
- Legislação do Conselho Estadual de Educação Do Ceará: Organizadora, Aurilia Maia Freire\_ Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2008.
- LOPES, J. “O fazer do Trabalho Científico em Ciências Sociais Aplicadas” / Jorge Lopes. Recife. Edição Universitária da UFPE, 2006.
- MARX, K. “As Armas da Crítica e a Crítica das Armas”. Organização e Apresentação Emir Sader\_Rio de Janeiro: Record, 2001.
- MELO, M. “Guia de Estudo para Exame PMP@ Project Management Profissional Exam”/ Maury Melo 4ª Ed. Rio de Janeiro, 2012.
- NÓVOA, A. “Concepções e Prática da Formação contínua de professores.” In: Nóvoa, A. (org.) Formação Continua de Professores: Realidade e Perspectiva. Portugal: Universidade de Aveiro, 1991.
- \_\_\_\_\_Orientações Gerais- Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica. MEC, 2005.
- PADUA, E. M. M. “Metodologia de Pesquisa: Abordagem Teórica” / Elisabete Matallo Marchesini de Pádua\_ 10ª Ed. Re e atual. Campinas, SP: Papyrus, 2004 (Coleção- Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).
- PARO, V. H. “Administração Escolar: Introdução crítica”. 15ª Ed. São Paulo: Cortês, 2008.
- REIS, L. G. “Produção de Monografia: da Teoria à Prática” /Linda G. Reis 2ª Ed. Brasília: SENAC-DF, 2008.
- RIBEIRO, P. R. M. “Sexualidade e Educação: Aproximações necessárias”, SP: Arte e Ciência, 2004.
- RIOS, D. R. “Novo Dicionário da Língua Portuguesa”, SP: Difusão Cultural do Livro, 2002.
- VILELLA, F. C.; GUIMARÃES, A. A. “O coordenador Pedagógico e a Educação Continuada”, 10ª Ed. Maio de 2007. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 1998.